

1 **ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS DO ALTO**
2 **IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO RIBEIRA**

3 **OBJETO:** Posse de novos Membros, aprovação das atas da 15ª Reunião
4 Ordinária e 3ª Reunião Extraordinária, apresentação do Plano Diretor do
5 Sistema de Abastecimento de Água Integrado de Curitiba e Região
6 Metropolitana - SAIC pela SANEPAR, apresentação da Lei Complementar
7 nº 170, de 31 de março de 2014, que altera a Lei Complementar nº 59/91
8 (Lei do ICMS Ecológico), discussão e deliberação sobre minuta de
9 Resolução que aprova as áreas de interesse de mananciais de
10 abastecimento público, estabelecidos por Decreto Estadual a serem
11 contemplados pelo ICMS Ecológico, informes sobre a aplicação dos
12 recursos da cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos, assuntos
13 gerais e encerramento.

14 Aos catorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, às 13:30
15 horas, no Salão das Araucárias do LACTEC, realizou-se a 16ª Reunião
16 Ordinária do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira. A
17 Sra. Ingrid Illich Muller, Presidente do COALIAR, procedeu a leitura da pauta e
18 colocou em votação uma alteração de pauta com a troca do item referente aos
19 informes sobre a aplicação dos recursos da cobrança para o 3º item da pauta
20 devido ao fato da Sra. Marilda Zarpelon do AGUASPARANÁ precisar se
21 ausentar, sendo que a alteração foi aprovada. Passou-se em seguida ao 1º
22 item da pauta que tratava da posse dos novos membros. A Sra. Presidente
23 solicitou que a medida em que fossem sendo nominados, os membros se
24 identificassem, considerando-se assim empossados. Foram empossados como
25 membros titulares: GIL FERNANDO POLIDORO da SEMA em substituição a
26 MAURI CESAR BARBOSA PEREIRA e EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
27 do AGUASPARANÁ, em substituição ao MARCIO FERNANDES NUNES.
28 Como membros suplentes foram empossados: MÁRCIA CRISTINA LIMA
29 POLIDORO da SEMA, em substituição ao LAERTY DUDAS, PAULO
30 ROBERTO DA VEIGA FRANCO da SANEPAR em substituição a ANTONIELE
31 PESSINI MARCHIANI e RAQUEL SIZANOSKI, da Prefeitura Municipal de
32 Piraquara, em substituição ao MÁRIO BASTOS. Em seguida a Sra. Presidente
33 passou ao 2º item de pauta que tratava da aprovação das atas da 15ª Reunião
34 Ordinária e 3ª Reunião Extraordinária e as mesmas foram aprovadas com
35 alteração de forma sugeridas pela COPEL, observações sobre a ata da 15ª
36 Reunião Ordinária da Sra. Ingrid Illich Muller da ABRH que solicitou que fosse
37 alterado o nome do local onde aconteceu a reunião para Salão das Araucárias
38 e do Sr. Fausto Lopes Nobrega da Araucária Nitrogenados que solicitou a
39 alteração de "Valefértil" para "Araucária Nitrogenados" devido a alteração da
40 razão social da empresa . Em seguida passou ao 3º item da pauta "Informes
41 sobre a aplicação dos recursos da cobrança pelo direito de uso dos recursos
42 hídricos" pela Diretora Administrativo-Financeira do Instituto das Águas do
43 Paraná, Sra. Marilda Keller Zarpelon que justificou a ausência do Eng. Carlos
44 Alberto Gallerani, diretor de saneamento do AGUASPARANÁ, por estar
45 participando de uma reunião com representantes do Ministério das Cidades
46 sobre os recursos do PAC. Deu início à apresentação explicando que os
47 recursos oriundos da cobrança que haviam sido solicitados na 3ª Reunião
48 Extraordinária do Comitê foram necessários para dar início ao processo
49 licitatório dos projetos para as obras previstas com os recursos do PAC

50 obedecendo as Leis 8.666 e 15.608, que são a Lei Estadual e a Lei Federal.
51 Essas leis determinam que para poder dar início ao procedimento licitatório, é
52 necessário ter antes a disponibilidade orçamentária e financeira do recurso,
53 sendo que o Estado não dispunha desses recursos à época. O demonstrativo
54 da situação das contratações de projetos e serviços para as obras de controle
55 de cheias está na planilha anexa a esta ata. Terminou a apresentação
56 agradecendo ao Comitê pela disponibilização do recurso, ressaltando que foi
57 imprescindível para o processo de contratação dos projetos e serviços para as
58 obras de controle de cheias com recursos do PAC, que ao final do exercício
59 são realizadas as prestações de contas encaminhadas ao Tribunal de Contas
60 do Estado e disponibilizou para consulta no AGUASPARANÁ a documentação
61 relativa a essas contratações. A Sra. Presidente agradeceu a Diretora
62 Administrativo-financeira do AGUASPARANÁ pela apresentação, lembrando
63 aos membros do Comitê, que a 3ª Reunião Extraordinária realizada no início do
64 ano em janeiro teve um caráter excepcional, porque a cessão desse valor da
65 cobrança não seguiria todos os trâmites exigidos. Os membros do Comitê
66 entenderam a importância do que estava sendo solicitado pelo Instituto das
67 Águas do Paraná, que era um valor considerado relativamente pequeno, e que
68 os R\$ 300.000,00 seriam utilizados para alavancar 124 milhões em obras de
69 drenagem previstas no Plano Diretor de Drenagem para a Bacia do Rio Iguaçu
70 na Região Metropolitana de Curitiba, que faz parte do Plano das Bacias do Alto
71 Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira. A Sra. presidente perguntou à Sra. Marilda
72 Zarpelon se dos R\$ 356.000,00 que foram solicitados, haviam sido utilizados
73 R\$ 174.777,58 até este momento, e que o restante estaria em espera de
74 processo licitatório que confirmou a colocação. Em seguida abriu para
75 perguntas e comentários. O Sr. Pedro Franco da SANEPAR comentou que
76 além da prestação de contas do montante disponibilizado para a drenagem
77 urbana e controle de cheias com a destinação do recurso e o trâmite que está
78 no momento, achava importante uma apresentação dos recursos advindos da
79 cobrança, uma vez que já se cobra pelo direito do uso dos recursos hídricos há
80 um ano no COALIAR com um montante de aproximadamente de 2 milhões de
81 reais. A Sra. Presidente solicitou à Sra. Olga Polatti do AGUASPARANÁ que
82 antecipasse a apresentação sobre a situação da cobrança para o próximo item
83 da pauta. O Sr. Francisco Leme da PETROBRAS perguntou como estava o
84 andamento do projeto em geral, que alguns itens estavam em negociação e se
85 havia alguma definição. A Sra. Marilda Keller Zarpelon do AGUASPARANÁ
86 esclareceu que na verdade o projeto não estava em negociação, sendo que o
87 negócio com a CEF já estava firmado. Os projetos estavam sendo montados e
88 quem deveria comentar sobre a parte técnica deveria ser o eng. Carlos Alberto
89 Gallerani do AGUASPARANÁ porque é ele que estava a par de todo o
90 procedimento. Ela comentou que os prazos definidos com a CEF estavam
91 sendo cumpridos e que o processo era demorado. Não havendo mais
92 perguntas a Sra. Presidente agradeceu a Sra. Marilda Keller Zarpelon e
93 solicitou a Sra. Olga Polatti do AGUASPARANÁ para apresentar a situação da
94 cobrança pelo direito do uso dos recursos hídricos que estava previsto para ser
95 apresentado nos Assuntos Gerais, por ser relacionado com a apresentação
96 feita pela Diretora Administrativo-financeira do AGUASPARANÁ. A Sra. Olga
97 Polatti explicou que o total dos boletos emitidos referentes aos anos de 2013 e
98 2014 era de R\$3.828.000,00 e que o valor existente na conta do Comitê era de

99 R\$ 2.235.368,25 incluindo as aplicações. O total de boletos em atraso era de
100 R\$ 62.698,15. Ela explicou que, devido a uma falha no sistema da CEF, só
101 havia sido possível ter acesso à relação dos inadimplentes há um mês, e que
102 essas empresas seriam contatadas para verificar o motivo do não pagamento.
103 Informou também que havia sido iniciado o desenvolvimento de um manual de
104 Aplicação dos Recursos da Cobrança, porém após uma apresentação sobre
105 esse assunto por técnicos do DAE de São Paulo em uma reunião da Câmara
106 Técnica de Aplicação dos Recursos da Cobrança, chegou-se a conclusão que
107 o Manual deveria incluir os demais recursos do FRHI/PR e que as diretrizes
108 abrangessem todos os Comitês e o CERH/PR. A Sra. Presidente, antes de
109 abrir para perguntas, perguntou porque só havia R\$ 62.698,15 em atraso se a
110 diferença entre o total emitido e total recebido era da ordem de um milhão de
111 reais, ao que a Sra. Olga Polatti respondeu que os boletos iriam até março de
112 2015. O Sr. Pedro Franco da SANEPAR sugeriu que a CTCOB iniciasse as
113 discussões sobre o Manual de Cobrança a fim de agilizar o processo perante o
114 Conselho Estadual de Recursos Hídricos. A Sra. Olga Polatti do
115 AGUASPARANÁ comentou que o edital para contratação do Cadastro de
116 Usuários de Recursos Hídricos das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto
117 Ribeira já estava pronto para ser licitado e que o manual de cobrança estava
118 previsto para ir para Conselho em 2015 e que talvez já se poderia iniciar as
119 discussões dentro do âmbito da CTCOB do Comitê. O Sr. Enéas Machado do
120 AGUASPARANÁ complementou com a informação que a abertura da licitação
121 do cadastro de Usuários seria no dia 9 ou 10 de novembro e que haveria a
122 pontuação técnica e a pontuação relativa ao preço, com prazos para recursos e
123 que a análise das propostas seria iniciada ainda nesse ano. Comentou que
124 eram dois documentos feitos paralelamente. Um deles era o manual de
125 aplicação de recurso da cobrança, que vale pra todos os comitês que estava
126 semipronto, sendo feito pela equipe técnica do AGUASPARANÁ e que deverá
127 passar para CTIL e ir para aprovação junto ao Conselho Estadual de Recursos
128 Hídricos. O outro documento, no âmbito do COALIAR, era referente ao
129 processo de chamamento dos usuários para usar esses recursos. Então tem
130 todo um processo de chamamento, de como que se dão as notas para os
131 usuários que vem pedir esse recurso. Esse documento também estava sendo
132 feito por técnicos do AGUASPARANÁ e deverá ir para CTPLAN do COALIAR
133 ainda esse ano. Os dois documentos, sendo o procedimento para o
134 chamamento dos usuários, no âmbito do Comitê, e o manual de aplicação de
135 recursos a ser aprovado pelo CERH/PR, estarão prontos no começo do ano
136 que vem. O Sr. Sérgio Ribas da MINEROPAR perguntou à Sra. Olga Polatti do
137 AGUASPARANÁ quantos eram os usuários pagadores que recolheram esse
138 montante e qual a perspectiva de ampliação desses usuários pagadores nos
139 próximos dois anos ou cinco anos ao que a Sra. Olga Polatti respondeu que os
140 usuários pagadores eram os setenta e cinco maiores e que dentre esses, o
141 menor boleto era da ordem de R\$400,00 por ano. O recurso que deve entrar
142 com os demais usuários deverá ser um recurso pequeno. Não havendo mais
143 perguntas a Sra. Presidente agradeceu à Sra. Olga Polatti pela exposição e
144 passou ao 4º item de pauta que se tratava da apresentação do Plano Diretor do
145 Sistema de Abastecimento de Água Integrado de Curitiba e Região
146 Metropolitana, convidando a Sra. Juliana Seixas Piloto da SANEPAR para fazer
147 a apresentação, a qual encontra-se anexa a esta Ata. Após a apresentação a

148 Sra. Presidente abriu para perguntas e o Sr. Rodolfo Humberto Ramina da
149 Fundação Ângelo Cretã elogiou o trabalho realizado e perguntou se havia sido
150 consultado o Plano das bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira
151 quando da elaboração do trabalho, ao que a Sra. Juliana Seixas Piloto da
152 SANEPAR respondeu que não, que havia sido consultado o decreto de
153 mananciais e perguntou se o Sr. Rodolfo Humberto Ramina estava se referindo
154 às vazões. O Sr. Rodolfo Humberto Ramina respondeu que não era somente
155 com relação às vazões, mas também em outros aspectos. Comentou que foi
156 feito um plano de recursos hídricos, que é mais ou menos o que institui esse
157 fórum, e esse plano de recursos hídricos simulou, não só crescimento
158 populacional em termos de números, mas onde que essas pessoas iriam se
159 localizar. O Plano foi elaborado antes do censo de 2010, mas foi revisado para
160 o censo de 2010. Também foi feita uma revisão desse plano mais
161 recentemente. Este plano gerou cenários baseados nos cenários de
162 crescimento da COMEC. Foram feitos 25 cenários com diversas alternativas de
163 crescimento. E o que notamos naquela época foi que nem todos esses
164 mananciais, que estão descritos no Plano Diretor apresentado, teriam
165 qualidade suficiente para poder servir como manancial, mesmo considerando o
166 tratamento primário, secundário, etc., dentro do enquadramento que se previu
167 naquela época para esses mananciais. Sugeriu que fosse traçado um paralelo
168 entre o Plano das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, que foi
169 feito e revisado, em termos de qualidade principalmente, em termos de
170 cenários e ver se era compatível com o plano que a SANEPAR produziu por
171 acreditar que a parte operacional estava perfeita, mas que existiam outros
172 fatores como a questão da qualidade da água por causa da ocupação dessas
173 áreas que já é intensa, que na época da elaboração do Plano de Bacia ele já
174 tinha trazido essas preocupações no COALIAR e que havia sido levantado que
175 a SANEPAR deveria levar em consideração o Plano das Bacias do Alto Iguaçu
176 e Afluentes do Alto Ribeira. Comentou que acreditava que poderia haver
177 algum tipo de conflito. O Sr. Pedro Luis Prado Franco da SANEPAR
178 complementando a Sra. Juliana Seixas Piloto, explicou que o Plano de Bacias
179 havia sido considerado, bem como o enquadramento atual aprovado um ano
180 atrás. A Sra. Juliana S. Piloto da SANEPAR comentou que houve participação
181 da unidade de recursos hídricos, e quando o projeto de uma nova captação,
182 seja ela no Rio Capivari ou lá no Faxinal, que seriam as duas captações
183 superficiais novas, for realizado, será realizado um estudo detalhado para a
184 definição do ponto de captação, verificando, entre outros pontos se existe
185 lançamento de efluentes a montante, qual a área de drenagem, se existe risco
186 quanto à qualidade da água e se define qual o tratamento mais adequado,
187 lembrando que todos os mananciais estudados estão dentro do Decreto de
188 Mananciais. O Sr. Hélio Luiz Bzuneck da Prefeitura Municipal de Araucária,
189 com relação à Bacia do Faxinal que faz parte do município de Araucária,
190 perguntou quando seria iniciada a construção da barragem, se o início da
191 operação estava previsto para 2030 e qual a previsão de produção de litros por
192 segundo. Outro assunto de fundamental importância levantado pelo Sr. Hélio
193 Luiz Bzuneck foi a questão do uso da bacia. A Bacia do Faxinal, previsto em
194 legislação municipal, é uma área agrícola, com nascentes no município e que
195 estava faltando um estudo detalhado das nascentes existentes na bacia, um
196 diagnóstico da situação atual de cada propriedade, verificando a situação da

197 reserva legal da proteção das nascentes. Comentou que, se esse estudo não
198 tivesse início imediato, em 20 anos a qualidade de água estaria bastante
199 deteriorada, e que seria interessante um apoio, talvez da SANEPAR ou do
200 COALIAR, para iniciar um estudo e ações para proteção dessa bacia, para não
201 se ter o mesmo problema que ocorreu com a Bacia do Passaúna. A Sra.
202 Juliana S. Piloto da SANEPAR respondeu que, se a obra deveria estar pronta
203 em 2013, ela deveria ser iniciada em 2027 e para isso, os estudos deveriam
204 ser iniciados em 2017. A questão era que em primeiro lugar estava previsto o
205 Capivari e depois o Faxinal, mas que ia um estudo mais aprofundado.
206 Comentou que o Plano Diretor dava diretrizes macro e que a vazão estimada
207 com a barragem era de 929 litros por segundo. Também colocou que
208 acreditava que a captação seria no município de Mandirituba. O Sr. Hélio Luiz
209 Bzuneck explicou que a bacia do rio Faxinal estava contida totalmente no
210 município de Araucária, com a foz no Rio Iguaçu. A Sra. Juliana S. Piloto
211 explicou que o ponto de captação estaria localizado em um ponto bem a
212 montante, em local preservado. O Sr. Enéas Machado do AGUASPARANÁ
213 comentou, sobre as falas dos Srs. Rodolfo H. Ramina e Pedro Luis Prado, que
214 o Sr. Rodolfo H. Ramina foi o consultor na época da elaboração do Plano de
215 Bacia e sua preocupação era sobre o que ficou visto no plano sobre uma
216 eventual deterioração da qualidade da água dos atuais mananciais. Também, o
217 que ficou provado quase que matematicamente, que, por mais que se façam
218 ações e obras, ETEs com maior eficiência no Alto Iguaçu, a capacidade de
219 diluição dos rios da bacia ainda é muito pequena, porque estamos no Alto
220 Iguaçu. Por mais que existam ETEs com eficiência, de 95% a carga
221 remanescente ainda seria mais alta do que a capacidade que esses rios têm de
222 receber isso. O Sr. Gilson Martins da OCEPAR parabenizou a SANEPAR pelo
223 trabalho e perguntou, tendo em vista que o parâmetro utilizado para projeção
224 de demanda havia sido a população, se foi observado mudança nos padrões
225 de consumo de água nos últimos anos ou se existia alguma previsão de
226 mudança para se propor medidas no sentido de melhorar o padrão de
227 consumo. A Sra. Juliana S. Piloto respondeu que havia aumento no consumo.
228 Com relação à projeção populacional, a SANEPAR trabalha com economia,
229 que é calculada com base na taxa de habitantes por domicílio, fornecida pelo
230 IBGE e o domicílio seria a economia. A projeção da demanda seria quanto
231 cada economia iria consumir de água por dia. A Sra. Marisa Sueli Scussiato
232 Capriglioni da SANEPAR comentou a título de informação que estava em fase
233 de elaboração o Plano Diretor de Esgotamento Sanitário, onde todas as
234 estações de tratamento estavam sendo verificadas e que as mesmas etapas do
235 plano de água estavam sendo seguidas para o plano de esgoto. Estava sendo
236 elaborado um grande diagnóstico sobre os sistemas de todas as bacias e
237 verificado as necessidades de melhoria no tratamento e nos coletores. Quanto
238 à questão da diluição o estudo ainda não estava concluído, mas já haviam sido
239 levantados alguns números, e já se sabia quais as estações que deveriam ser
240 ampliadas, melhorados os tratamentos, os coletores centrais, inclusive que os
241 devem ser ampliados. Para a o sistema de abastecimento de água seria
242 necessário um investimento de 500 milhões de reais e para o sistema de
243 esgoto o volume inicial era de 2 bilhões de reais e que esse era um valor bem
244 alto que deveria ser investido para melhorar pouco os nossos rios. Foi também
245 comentado que a SANEPAR tinha uma preocupação com a qualidade da água

246 dos mananciais e que a política da empresa já a muito tempo era de que os
247 lançamentos de esgoto não estavam sendo feitos em áreas de manancial, mas
248 que mesmo assim existiam problemas na questão da qualidade da água e que
249 no mínimo o aumento de custo de tratamento da água acabava sendo passado
250 para a tarifa ou em último caso, como aconteceu no Palmital e no Atuba, de se
251 ter que abandonar o manancial por falta de qualidade. A integração entre os
252 planos de abastecimento e de esgoto demonstra a preocupação de se evitar
253 conflitos de uso. O Sr. Geovanni Fedalto da COPEL perguntou se a SANEPAR
254 já tinha definido o ponto de captação no Rio Capivari, se seria a montante ou a
255 jusante do reservatório Capivari Cachoeira que é de concessão da COPEL. A
256 Sra. Juliana S. Piloto respondeu que o ponto exato não estava definido ainda,
257 mas seria no município de Colombo, antes da barragem e que com relação a
258 utilização da água haviam três possibilidades: Como a concessão da COPEL
259 venceria em 2015, se a COPEL abrisse mão, o manancial seria utilizado para
260 abastecimento público; poderia existir um pagamento por retirar água a
261 montante da barragem, como já é feito no manancial em Ponta Grossa; ou a
262 devolução dessa água no pé da barragem. Na época do estudo a COPEL foi
263 consultada e a resposta foi que deveria haver uma negociação então quando o
264 projeto da captação estiver sendo desenvolvido, com a definição exata do
265 ponto de captação entre outros parâmetros haverá essa negociação. A
266 captação seria em Colombo porque seria inviável para a SANEPAR ir buscar
267 água no reservatório. O Sr. Francisco Leme da PETROBRAS perguntou se no
268 estudo, além de ter sido levado em consideração o crescimento da população
269 havia sido considerado o crescimento industrial? A Sra. Juliana S. Piloto
270 respondeu que havia sido considerado, mas dentro da população. Para os
271 municípios que se sabia que havia uma tendência industrial maior foi
272 considerada uma taxa de crescimento maior como São José dos Pinhais e
273 Araucária. A taxa de crescimento utilizada para Curitiba foi de 1%, no censo de
274 2000 até 2010 Curitiba cresceu 0,99% e essa taxa diminuiu para 0,83%
275 conforme o IBGE de 2010 até 2014. No caso dos outros municípios foram
276 utilizadas outras taxas de crescimento conforme descrito no Plano. Ela
277 salientou que para os municípios que tem uma característica mais industrial
278 como Araucária, São José dos Pinhais e Fazenda Rio Grande foram
279 consideradas taxas maiores, decrescendo ao longo do tempo, porque é isso
280 que havia sido verificado e deu como exemplo que se iniciava com taxas
281 maiores do que 2% chegando em 2040 com 1,50%. Ela comentou que na
282 versão impressa constava essa explicação, que o crescimento era diferenciado
283 com porcentagens diferentes para cada caso em função do PDI e da COMEC,
284 dos dados do IBGE que eram da história do município, dos dados da
285 SANEPAR e da COPEL. Também comentou que o que se observou na
286 elaboração do Plano foi que havia um aumento maior de economias do que o
287 crescimento populacional propriamente dito, devido a um aumento de divisão
288 de famílias. Nota-se que a taxa do IBGE é três vezes menor que a taxa de
289 crescimento de economia de água ou de eletricidade. Ela enfatizou a
290 importância de se revisar o Plano a cada dez anos para atualizar os dados com
291 relação ao crescimento industrial e que o sistema estava dimensionado para
292 2040, mas se houvesse um boom da indústria em algum município, o sistema
293 deveria ser ampliado. O Sr. Francisco Leme da PETROBRAS perguntou se
294 havia plano de tratamento de água industrial ao que a Sra. Rita de Cassia

295 Gorny Becher da SANEPAR respondeu que havia uma planta em Araucária
296 própria para uso industrial, dimensionada para três, quatro indústrias e que a
297 SANEPAR buscava alternativas, sempre em conjunto com as indústrias, para
298 prover uma água com perfil industrial sendo analisado caso a caso devido a
299 particularidade de cada processo industrial. O Sr. Rafael Gava da Monitore
300 Engenharia perguntou se havia sido contemplado no estudo o consumo da
301 agricultura como uso concorrente e a Sra. Juliana S. Piloto respondeu que não
302 era prática da SANEPAR considerar o uso agrícola e que no momento da
303 emissão da outorga o AGUASPARANÁ informava se havia outro usuário na
304 mesma bacia o que geraria uma concorrência. O Sr. Rafael Gava ainda
305 perguntou qual a capacidade de atendimento do sistema prevendo uma
306 situação de estiagem como a que estava acontecendo em São Paulo e qual a
307 população atual atendida pelo sistema de abastecimento. A Sra. Juliana S.
308 Piloto respondeu que com relação às barragens de Passaúna, Piraquara e Iraí,
309 poderia parar de chover por seis meses que a população seria atendida e que
310 talvez houvesse algum problema com o abastecimento por água subterrânea
311 no caso do lençol não ser abastecido. Com relação à população atendida, a
312 SANEPAR atendia atualmente 3 milhões de pessoas e que em 2016, com a
313 captação do Miringuava, seria ampliada para 3,2 milhões. A Sra. Presidente
314 agradeceu à Sra. Juliana S. Piloto pela apresentação e convidou a Sra.
315 Marianna Sophie Roorda do AGUASPARANÁ para fazer apresentação do 5º
316 item da pauta, que era apresentar a Lei Complementar nº 170 de 31 de março
317 de 2014, que alterava a Lei Complementar nº 5.991, que era a lei do ICMS
318 Ecológico. A apresentação está em anexo a esta Ata. A Sra. Presidente abriu
319 para perguntas após a apresentação e o Sr. Raul Clemente Peccioli Filho da
320 COMEC comentou que a lógica da alteração da Lei do ICMS Ecológico era
321 contemplar aqueles municípios que teriam restrição hoje com relação ao fato
322 de serem mananciais futuros e perguntou como era calculado o índice de
323 qualidade ambiental. A Sra. Marianna Sophie Roorda respondeu que
324 anualmente era feita uma análise da qualidade de água na seção de captação
325 com os valores diários de qualidade de água fornecidos pela SANEPAR,
326 verificando se a água vinha melhorando ou não. Outro item considerado no
327 cálculo da qualidade ambiental era resultado de uma análise das ações dos
328 municípios nas áreas de mananciais. Em função da variação da qualidade de
329 água e ações efetivamente empreendidas pelos municípios, quem tiver um
330 ganho maior passa a ter um índice maior no ano seguinte. Se houver uma
331 diminuição da qualidade da água ou ações não executadas, ela passa a ter
332 uma diminuição no cálculo do ICMS Ecológico. O Sr. João Lech Samek do
333 AGUASPARANÁ explicou que quando foi aprovada e regulamentada a lei em
334 1991, a primeira ideia era que o dinheiro que seria repassado aos municípios
335 fosse para ser somente aplicado na indústria verde ou indústria azul da água, o
336 que não foi possível porque o dinheiro seria uma compensação financeira que
337 o município estaria recebendo por não poder utilizar plenamente o território.
338 Ficou estabelecido no decreto que a melhoria da qualidade da água valia 80%
339 do processo de avaliação da evolução da qualidade da bacia e as ações que o
340 município empreende reaplicando o recebido, através do ICMS Ecológico valia
341 20%. Por exemplo, desde 91 quando do início da aplicação da lei, houveram
342 melhorias em diversos mananciais, grande parte deles se mantém e
343 infelizmente foram perdidos dois mananciais pela degradação da qualidade da

344 água. Um deles foi um afluente do Rio Pirapó, que é o Ribeirão Sarandi, que
345 por uma questão de industrialização a captação teve que recuar um pouco, ou
346 seja, perdemos aquele manancial. E mais recentemente perdemos o Palmital,
347 justamente em função de uma degradação da qualidade de água, que foi um
348 tema inclusive de preocupação para todos nós. A Sra. Patricia Cherubim,
349 representante CAT do Iraí perguntou se o comprometimento de 3,1% do ICMS
350 Ecológico dos mananciais a ser repassado para os municípios que tivessem
351 manancial em suas áreas, era referente aos 5% do total do repasse dos
352 municípios. A Sra. Marianna Sophie Roorda respondeu que aqueles 5% total
353 que ia aos municípios era o valor equivalente a 210 milhões por ano. Desses
354 210 milhões por ano 105 era para unidades de conservação e 105 para
355 mananciais de abastecimento público. O comprometimento seria 3,1% dos 105
356 milhões que iam para mananciais de abastecimento público, o que daria algo
357 equivalente a 3,2 milhões por ano. A Sra. Patricia Cherubim da CAT do Iraí
358 perguntou se o valor das unidades de conservação seria alterado e a Sra.
359 Marianna Sophie Roorda respondeu que não. A Sra. Raquel Sizanoski da
360 Prefeitura Municipal de Piraquara, perguntou, tendo em vista que pelo que
361 havia sido apresentado, a implantação dos reservatórios de captação seguiria
362 uma escala de implementação até 2030 e o repasse do ICMS Ecológico se
363 daria desde 2016, se isso aconteceria por ser futura captação. A Sra. Marianna
364 Sophie Roorda explicou que a proposta era que fossem para essas áreas
365 novas, as que não estavam em azul escuro, que estavam previstas no SAIC,
366 no Plano Diretor, e que já tinham restrição de uso em função disso. A Sra.
367 Raquel Sizanoski da Prefeitura Municipal de Araucária solicitou um
368 esclarecimento quanto a qual restrição que justificasse o repasse do ICMS em
369 2016 antes da implementação do manancial e a Sra. Marianna Sophie Roorda
370 respondeu que na verdade a restrição era quanto a licenciamento, tanto na
371 COMEC quanto no IAP. Existe um decreto de mananciais que abrange toda
372 esta área para uma proposta de utilização muito menor que isso, que toda a
373 área colorida do mapa era uma área prevista como área de interesse e sendo
374 uma área de interesse de mananciais o licenciamento, quer seja pela COMEC
375 ou pelo IAP, não poderia ser feito ou o manancial poderia ser prejudicado. O
376 Sr. Raul Clemente Peccioli Filho da COMEC comentou, que pelo seu
377 entendimento, as restrições eram aquelas dadas pelos planos diretores dos
378 municípios e as restrições eram feitas em cima do zoneamento da
379 impossibilidade ou então, das inúmeras exigências em função do tipo de
380 empreendimento que iria se instalar, como condomínio, uma indústria, sendo
381 que cada uma delas teriam um tipo de análise diferenciada e estando em área
382 de manancial certamente a restrição era muito maior. A Sra. Presidente
383 agradeceu à Sra. Marianna Sophie Roorda pela apresentação e
384 esclarecimentos e passou ao próximo item da pauta, que era a discussão e
385 deliberação sobre a minuta de resolução que aprovava as áreas de interesse
386 de mananciais estabelecidos pelo Decreto, a serem contemplados por ICMS
387 Ecológico dentro do COALIAR, passando a palavra à Sra. Olga Polatti que
388 procedeu a leitura da resolução do COALIAR que referenda as áreas de
389 interesse de mananciais de abastecimento público reconhecidas por decreto
390 estadual a serem contempladas pelo ICMS Ecológico. Após a leitura da
391 Resolução a Sra. Presidente perguntou se havia dúvidas ou sugestões da
392 Plenária. O Sr. Francisco Leme da PETROBRAS perguntou se quando se

393 citava uma coordenada UTM, já limitava toda a área. A Sra. Olga Polatti
394 respondeu que sim, a área pelo ponto de captação. O Sr. Sergio Ribas da
395 MINEROPAR apresentou duas colocações, sendo uma de correção e outra de
396 forma. A primeira de correção seria a questão das coordenadas, a coordenada
397 menor era referenciada ao leste, então, ao invés de sul, era leste e se
398 representava com E. A outra correção era uma questão de forma, uma vez que
399 o primeiro item se referia “com área em torno de”, o segundo item se referia
400 “com área em torno de aproximadamente”, o terceiro item “com área em torno
401 de aproximadamente”, o quarto e o quinto e o último só “com a área em torno
402 de” novamente. Então, ou se usava "em torno de" ou "aproximadamente".
403 Ficou definido que seria usado o termo “com área em torno de” e o termo “sul”
404 seria corrigido. O Sr. Raul Clemente Peccioli Filho da COMEC questionou
405 porque no item, VII, que cita o aquífero Karst, não constava Almirante
406 Tamandaré. A Sra. Olga Polatti respondeu que no item VII só constava a
407 pequena área do aquífero Karst prevista no SAIC e não a totalidade do Karst.
408 O Sr. Hélio Luiz Bzuneck da Prefeitura Municipal de Araucária comentou que
409 com relação ao inciso V, da Bacia do Rio Faxinal, na tabela da apresentação
410 feita pela Sra. Marianna Sophie Roorda foi citado que a bacia tinha 105,97 km²
411 e na Resolução estava com 67,7 km. A Sra. Olga Polatti respondeu que esses
412 valores seriam verificados. A Sra. Presidente solicitou que constasse em ata
413 que esta área seria revista e que os membros do Comitê ficassem tranquilos
414 porque haveria revisão desses números. Ressaltou que o mais importante era
415 a resolução como um todo. Não havendo mais dúvidas ou questionamentos a
416 Sra. Presidente procedeu a votação, sendo que a resolução foi aprovada e
417 passou ao último item da pauta que era de Assuntos Gerais. Lembrou que um
418 dos assuntos a serem tratados nesse item era informes sobre o andamento da
419 cobrança, o que já havia sido feito. Comentou sobre o ENCOB, que era o
420 Encontro Nacional dos Comitês, a ser realizado em novembro informando que
421 era um evento muito grande, com participação de um grande público e seria
422 realizado em Maceió de 23 a 28 de novembro e deixou o convite para quem
423 pudesse participar do evento. O Sr. Enéas Machado do AGUASPARANÁ
424 comentou que haveria um evento promovido pelo AGUASPARANÁ, pela CNI e
425 pela FIEP sobre o setor da indústria e sua participação no recursos hídricos,
426 com apresentações da Dra. Mônica Porto, Dr. Braga entre outros e
427 especialmente no dia 17 de novembro, que por lei era o dia do Rio Iguaçu,
428 seria apresentada uma carta do Rio Iguaçu que previa a despoluição do Alto
429 Rio Iguaçu, com a presença do Presidente da SANEPAR e da Senhora Cida
430 Borghetti e que os membros do Comitê iriam receber o convite para participar
431 do evento. que seria realizado no dia 17 à tarde, dia 18, o dia inteiro. Também
432 comentou que nos dias 15 e 16 de dezembro haveria um evento sobre
433 segurança hídrica, promovido pela ANA e a SEMA. Esse tema estava com
434 grande peso devido à estiagem na bacia do São Francisco e em São Paulo. A
435 ANA teria recursos para passar para os Estados, para que atuassem na área
436 de plano de segurança hídrica. O Sr. Giacomio Clausi do Grupo Ambientalista
437 do Rio Iguaçu anunciou a 9ª Expedição Científica Resgate do Rio Iguaçu, que
438 era feita em parceria com várias instituições do COALIAR entre elas o IAP e o
439 Instituto das Águas do Paraná, que estava disponibilizando dois barcos para a
440 expedição que sairia de Porto Amazonas no dia 28 de novembro, fazendo um
441 trajeto de 150 quilômetros no trecho navegável do Rio Iguaçu, chegando em



442 São Mateus do Sul no dia 29. Comentou que neste levantamento eram feitos
443 coletas de água em dez pontos com os principais parâmetros da qualidade da
444 água, como DBO e coliformes fecais e que na próxima reunião ele gostaria de
445 apresentar os resultados desses 9 anos de experiência. Não havendo mais
446 nada a ser tratado, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por
447 finalizada a 16ª Reunião Ordinária do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e
448 Afluentes do Alto Ribeira, da qual eu OLGA RYDYGIER DE POLATTI, Gerente
449 das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, lavrei a presente Ata.
450 De Acordo
451 Ingrid Illich Muller
452 Presidente do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira